

## A “disputa do positivismo na sociologia alemã”: o confronto entre Karl Popper e Theodor Adorno no congresso da Sociedade de Sociologia Alemã de 1961

[André Constantino Yazbek\\*](#)

**Resumo:** este artigo pretende apresentar os pontos capitais da discussão travada entre Karl Popper e Theodor Adorno por ocasião do congresso da *Sociedade de Sociologia Alemã* em 1961.

**Palavra-chaves:** racionalismo crítico, teoria crítica da sociedade, lógica formal e dialética.

**Abstract:** this paper intends to introduce the main aspects of the discussion between Karl Popper and Theodor Adorno held at the congress of the *German Sociology Society* in 1961.

**Key-words:** critical rationalism, critical theory of society, formal logic and dialectical reasoning.

### 1. – Introdução: o congresso de 1961 e a questão do positivismo.

Em 1961, em Tübinghen, o congresso da *Sociedade de Sociologia Alemã* promoveu um debate centrado na questão da “Lógica das Ciências Sociais”, que logo se desenvolveria sob a forma de uma querela acerca dos fundamentos epistemológicos do positivismo e da dialética. Sob a mediação de Ralf Dahrendorf, Karl Popper expôs suas teses sobre o tema do congresso<sup>1</sup>. Coube a Theodor Adorno, na condição de representante da *Escola de Frankfurt*, oferecer uma réplica às teses popperianas, tendo como ponto de partida a dialética. O resultado do confronto entre os dois grandes protagonistas deste congresso transbordou os usuais limites do interesse acadêmico e trouxe à baila uma polêmica que, tendo como eixo fundamental o debate sobre a “lógica das ciências sociais”, envolveria alguns dos representantes mais expressivos tanto da “teoria crítica da sociedade” quanto do “racionalismo crítico” – dentre eles, dois dos mais destacados discípulos de Adorno e Popper: respectivamente, Jürgen Habermas e Hans Albert.

---

\* Doutorando em Filosofia (PUC/SP).

<sup>1</sup> Karl Popper seria considerado por muitos como um pensador ligado aos membros do *Círculo de Viena*. No entanto, tal identificação não é de todo consensual, afinal, se por um lado se pode afirmar que originariamente Popper teria influenciado os membros do *Círculo de Viena*, não é menos verdadeiro o fato de que, por outro lado, o filósofo não era partidário da identidade entre as ciências sociais e naturais, defendendo, contra os positivistas lógicos, a especificidade do objeto de umas e outras.

As singulares características de ambas as correntes mencionadas, bem como suas respectivas filiações históricas, explicam a extensão da polêmica inicial: para além dos interlocutores privilegiados do congresso, defrontavam-se naquela ocasião a chamada “filosofia analítica” – identificada por muitos, erroneamente, como aquilo que não foi senão uma de suas fases, a saber, o “positivismo” ou “neopositivismo” – e, de modo não menos equívoco, o “marxismo crítico ocidental” de raiz hegeliana, ou seja, um marxismo “crítico” que estivera desde sempre inserido na tradição metafísica das *Geisteswissenschaften* (Ciências do Espírito).

Note-se ainda que a controvérsia entre Adorno e Popper ficaria conhecida justamente como “o debate do positivismo” na Sociologia Alemã, o que já evidencia em grande medida que se trata do ponto de vista da “teoria crítica”, no qual o termo “positivismo” é aplicado de forma muito ampla, recobrando tradições de pensamento que habitualmente não receberiam esta designação. Sob esta perspectiva, Popper será enquadrado na moldura geral de defensor do positivismo – algo que está longe de ser evidente<sup>2</sup>.

Na *teoria crítica*, o termo “positivismo” deve ser compreendido em contraposição às tentativas dos filósofos frankfurtianos de efetuar uma crítica da tendência de desenvolvimento da cultura ocidental desde o iluminismo. Neste sentido, o termo será empregado de modo difuso e com um significado mais amplo do que comumente se vê em outros autores. Sob a perspectiva frankfurtiana, ao pretenderem desencantar o mundo substituindo o mito pelo conhecimento de “bases sólidas” (que será aplicado de forma prática à tecnologia), os iluministas acabaram por preparar o caminho para o domínio da racionalidade técnica na cultura moderna: trata-se do solapamento da Razão contra o qual Hegel lutou – criou-se assim uma forma de domínio que, a pretexto de instaurar a liberdade com relação aos mitos, acabará por engendrar a racionalidade instrumental<sup>3</sup>: “O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado” (HORKHEIMER & ADORNO, 1985, p. 38). Desse modo, a postura “positivista” de Popper se manifestaria naquilo que Horkheimer chamará de a “estrutura lógica da teoria tradicional”, que faz da observância estrita aos princípios básicos da lógica formal cartesiana a condição para se assegurar a “cientificidade” e a “objetividade” do pensamento teórico.

Por outro lado, a *teoria crítica* é uma defesa de tradições filosóficas que, aos olhos dos positivistas lógicos, formavam em grande parte uma metafísica vazia. Não é de se surpreender, portanto, o fato de que as duas escolas se tenham mantido distantes, e sua influência mútua tenha se mantido em níveis significativamente reduzido: o positivismo lógico alimentou o sonho de afastar a filosofia das abordagens metafísicas para fundá-la em bases estritamente científicas – algo absolutamente estranho ao espírito frankfurtiano. Aliás, e por motivos diversos, trata-se de algo estranho também aos

---

<sup>2</sup> O próprio Popper chegou a classificar-se entre os “inimigos” do positivismo: “/.../ o fato é que durante toda a minha vida combati a epistemologia positivista, sob o nome de ‘positivismo’. Não nego, decerto, a possibilidade de ampliar o termo ‘positivista’ até que abranja qualquer pessoa que se interesse pelas Ciências Naturais, de modo a poder aplicar-se até mesmo aos adversários do positivismo, como eu. Apenas sustento que tal procedimento não é honesto nem capaz de esclarecer os problemas”. (GIDDENS, 1980b, p. 357).

<sup>3</sup> A racionalidade ocidental será caracterizada por Adorno e Horkheimer como a *instrumentalização* da própria razão, quer dizer, como um tipo de racionalidade que subordinada a Razão à função de elemento de dominação e controle tanto da Natureza (objeto do conhecimento) quanto do ser humano (sujeito do conhecimento). Nesta medida, a técnica seria a essência deste saber, que visa primordialmente à utilização funcional do trabalho.

propósitos filosóficos de Karl Popper (1980c, p. 270), que fará não poucas críticas ao modo como os positivistas interpretam o chamado *problema da demarcação*, quer dizer, o problema de encontrar um critério que permita distinguir entre, de um lado, as ciências empíricas, e de outro a matemática, a lógica e os “sistemas metafísicos”.

Como não se dispõe neste artigo do fôlego necessário para esquadriñar todas as posições relatadas no congresso, bem como as réplicas e trélicas que se seguiram à discussão inicial, pretende-se tão somente apresentar o cerne das duas comunicações que iniciaram a polêmica entre Popper e Adorno, de modo a situar o leitor nas questões que movimentarão o debate entre escolas filosóficas distintas, cada qual representando um tipo diferente de *razão*: por um lado, a dita “razão dialética” (Adorno); por outro, a chamada “razão analítica” (Popper). O que se pretende demonstrar é que não se pode reduzir os termos do embate ocorrido neste congresso ao plano estrito das disputas metodológicas, posto que o impulso inicial da querela entre Popper e Adorno – que de fato se apresentaria sob a forma de uma discussão meramente metodológica – colocaria em jogo e por fim cederia à confrontação global entre duas concepções bem distintas da sociologia, cujos pontos de apoio filosófico e epistemológico dificilmente seriam redutíveis a um denominador comum – prova disso, como veremos, são as diferenças de linguagem e mesmo de armação conceitual que se explicitam nas comunicações de Adorno e Popper.

## **2. – As 27 teses de Popper: uma defesa do racionalismo crítico.**

Atendendo aos pedidos da organização do congresso, Popper elaborou um *paper* onde expôs e defendeu suas principais idéias relacionadas, sobretudo, à epistemologia das ciências sociais. Sua comunicação se fez sobre a forma de 27 teses enumeradas, visando facilitar a discussão. O tema escolhido para a sessão (a *lógica das ciências sociais*) obedecia ao explícito propósito de, na medida do possível, esclarecer o que parecia um cisma indecifrável – Dahrendorf, em suas *Anotaciones a la discusión de las ponencias de Karl R. Popper y Theodor W. Adorno* (1973a, p. 139), não faz segredo algum sobre o fato de existirem à época numerosas e significativas divergências entre os professores alemães universitários de sociologia, tanto na orientação das investigações quanto na posição teórica e no referencial básico de ordem moral e político.

Popper inicia a sua comunicação partindo da oposição entre conhecimento e ignorância (não-conhecimento) – estas serão as suas duas teses basilares: “conhecemos muito”, afirma Popper em sua tese primeira, “mas a nossa ignorância é ilimitada e decepcionante”, inclusive no campo da natureza, reza a tese segunda (1973b, p. 101). Ora, diz-nos o autor, basta meditar um pouco para perceber que a lógica do conhecimento deve cravar suas raízes na tensão entre o conhecimento e a ignorância, pois será justamente da tensão entre estas duas que o conhecimento será impulsionado e, conseqüentemente, virá à luz; o dito será objeto da quarta tese de Popper:

O conhecimento não começa com percepções ou observações ou com a recopilação de dados ou de fatos, senão com *problemas*. Não há conhecimento sem problemas – mas tampouco há problemas sem conhecimento. Quer dizer que o conhecimento começa com a tensão entre saber e não-saber (POPPER, 1973b, p. 102).

Com efeito, todo o problema surge da constatação de que algo não está em ordem em nosso presumido saber – logicamente falando: o descobrimento de uma “contradição interna” nos fatos e em nosso saber nos leva ao problema. De modo sumário, pode-se dizer que o ponto nevrálgico do surgimento do problema – condição de possibilidade

para o conhecimento – se assenta no descobrimento de uma possível contradição entre o nosso saber presumível e os supostos fatos. Em seguida, o autor pontua as suas assertivas enunciando um *método científico*, com diversas etapas concatenadas em termos lógicos, e cuja pretensão inicial era a resolução de problemas (POPPER, 1973b, loc. cit.).

Advertindo-nos que a sua quarta tese tocou o centro do problema relativo à lógica das ciências sociais, Popper desenvolve a relação entre a importância do problema a ser investigado e a forma (ou seja, o método) através do qual deve-se conduzir a investigação. Assim sendo, segundo o autor, é o caráter e a qualidade do problema – além da audácia e originalidade da solução sugerida – que determinam o valor ou a ausência de valor de uma empresa científica:

Do mesmo modo que todas as outras ciências, também as ciências sociais se vêm acompanhadas pelo êxito e pelo fracasso, são interessantes ou triviais, frutíferas ou infrutíferas, e estão em idêntica relação com a importância ou o interesse dos problemas que entram em jogo; e, por suposto, também em idêntica relação com respeito à honestidade, a linearidade e simplicidade com que estes problemas são atacados (POPPER, 1973b, p. 103).

Eis a quinta tese, que vai a par com a consideração de que aquilo que se converte em ponto de partida do trabalho científico não é tanto o fruto da observação em si, mas sim da observação em seu significado peculiar – quer dizer, da observação geradora de problemas (POPPER, 1973b, loc. cit.).

Popper então nos anuncia aquela que será a sua tese principal, a sexta tese. O autor resume nesta sexta tese a lógica que defende não só para a investigação no campo das ciências sociais, mas igualmente para as ciências naturais. Trata-se de uma clara síntese do princípio de *refutabilidade* popperiano, bem como daquilo que o autor denominava de *racionalismo crítico*: no essencial, trata-se de colocar sucessivamente à prova, à guisa de refutação, tentativas de solução dos problemas – este *colocar à prova* será, grosso modo, uma crítica factual (*Sachlich*): o nosso saber não consiste em mais do que sugestões provisórias de solução, até que uma crítica factual refute o que até então era conhecimento; o dito implica que toda crítica se constituiria em tentativas de refutação (POPPER, 1973b, loc. cit.).

Sendo que a tensão entre conhecimento e a ignorância – entendida como o elemento que nos leva ao problema e, em consequência, à tentativa de solução – é algo que não pode ser superada, então se deve considerar que a única forma de justificação do nosso conhecimento não é senão algo igualmente provisório e que, portanto, deita suas raízes na crítica – não há justificativa positiva alguma para nossos conhecimentos. A forma de justificação não é senão a resistência dos nossos ensaios de solução frente à crítica – uma crítica objetiva, posto que fundada em instrumentos lógicos. Como consequência, tudo o que não for acessível à crítica, tal e qual a entende o autor do *paper*, deve ser eliminado como não científico, mesmo que apenas provisoriamente (POPPER, 1973b, 104).

Popper abordará a questão da “objetividade” e da “neutralidade” valorativa do conhecimento científico em diversas teses da sua comunicação – em ambos os casos, os temas serão submetidos à crítica lógica. No primeiro caso, Popper negará explicitamente que a objetividade científica dependa da objetividade do cientista, quer ele se dedique às ciências naturais ou às sociais: “/.../ a chamada objetividade da ciência radica na objetividade do método crítico” (POPPER, 1973b, 104). Quer dizer:

O que pode ser qualificado de objetividade científica baseia-se única e exclusivamente na tradição crítica, esta tradição que apesar de todas as resistências permite criticar um dogma dominante. Expressando de outra forma: a objetividade da ciência não é assunto individual dos diversos cientistas, mas sim um assunto social de sua crítica recíproca, da divisão hostil-amistoso de trabalho entre os cientistas, de seu trabalho de equipe e também de seu trabalho por caminhos diferentes e, inclusive, opostos entre si (POPPER, 1973b, 110).

No caso da “neutralidade”, por seu turno, o autor afirmará que a exigência da total ausência de valores não pode ser senão um paradoxo, posto que tal exigência é um valor em si mesma. Assim, em havendo valores positivos e negativos, científicos e extra-científicos, cabe ao cientista crítico demarcar claramente quais os *valores* situados em um e outro espectro, impedindo deste modo que aspectos valorativos extra-científicos se confundam com as questões da ciência:

*.../ combater a confusão de esferas de valor e, sobretudo, excluir as valorações extra-científicas dos problemas concernentes à verdade constitui uma das tarefas da crítica da discussão científica. Ocorre o mesmo que com a objetividade: não podemos privar o cientista de seu partidarismo sem privá-lo também de sua humanidade. De maneira análoga, ocorre que tampouco podemos privá-lo de seus valores ou destruí-los sem destruí-lo como homem e como cientista. .../ O cientista objetivo e ‘livre de valores’ não é um cientista ideal. Sem paixão a coisa não anda, nem sequer na ciência pura. A expressão ‘amor à verdade’ não é uma simples metáfora (POPPER, 1973b, p. 111).*

Note-se ainda que Popper dará privilégio ao procedimento dedutivo e, ao fazê-lo, se distanciará sobremaneira dos empiristas modernos – o autor dedicará várias de suas teses no congresso para atacar o “indutivismo” e defender o método “hipotético-dedutivo”: o dado empírico serviria tão somente ao cientista enquanto um possível critério de *falsificabilidade* de uma “teoria” ou “hipótese”, construída, como já se disse, sempre a partir de um problema. Desta perspectiva, a função mais importante da “lógica pura dedutiva” seria a de um “sistema de crítica”:

A lógica dedutiva é a teoria da validação das deduções lógicas ou da inferência lógica. Uma condição necessária e decisiva para a validade de uma inferência lógica é a seguinte: se as premissas de um raciocínio válido são *verdadeiras*, então a conclusão deve ser *verdadeira*. .../ a lógica dedutiva é a teoria da transferência da verdade das premissas para a conclusão (POPPER, 1973b, 112).

Assim sendo, dirá Popper, a lógica dedutiva deve se tornar teoria da crítica racional, pois todo o *criticismo racional* toma a forma de uma tentativa de demonstrar que conclusões inaceitáveis podem ser derivadas da afirmação que se tenta criticar: se tivermos êxito em deduzir logicamente conclusões inaceitáveis, então a afirmação pode ser colocada como digna de ser recusada, ou seja, será refutada (POPPER, 1973b, 113).

Em suas teses finais, Popper manterá o foco sobre dois pontos principais: a) o “conceito de verdade”, considerado como indispensável à abordagem crítica explicitada por ele – pois não se pode apreender a idéia metodológica de que aprendemos com os nossos erros sem que haja a idéia regulativa de verdade: o erro cometido baseia-se justamente em não conseguir se alcançar, de acordo com um padrão ou critério de medida da verdade, a meta inicialmente proposta (POPPER, 1973b, p. loc. cit.); b) e a noção de explicação causal, que lhe é igualmente cara, posto que a solução tentada de um problema, ou seja, a explicação, consiste sempre em um sistema dedutivo que nos permite explicar o *explicandum* (aquilo que se pretende explicar) relacionando-o a outros fatos que serão chamadas de “condições iniciais” – uma explicação totalmente

explícita será sempre baseada na derivação lógica (ou na *derivabilidade*) do *explicandum* a partir da teoria e das chamadas “condições iniciais”:

Cada um destes dois conceitos, o de verdade e o de explicação, cedem lugar ao desenvolvimento de conceitos que, da perspectiva da lógica do conhecimento ou da metodologia, podem ser inclusive mais importantes: o primeiro destes conceitos é o de *aproximação da verdade*, e o segundo, o da *força explicativa* ou do *conteúdo explicativo* de uma teoria (POPPER, 1973b, 115).

Por outro lado, Popper acrescentará à lógica formal um método que ele considera necessário às ciências sociais: trata-se da reiteração da conhecida afirmação do autor de que o objetivo das ciências sociais é a explicação da conduta por meio da “lógica situacional” da ação, ou seja, por meio da reconstituição das circunstâncias (metas e conhecimentos) sob as quais os indivíduos agem, bem como as conseqüências do seu comportamento. Estaríamos diante de uma “sociologia compreensiva” que, não obstante o qualificativo, não conservaria quaisquer resíduos de qualidades subjetivas sendo, portanto, um método puramente objetivo; enquanto tal, ele será o oposto em conteúdo (mas não em forma lógica) do método das ciências naturais. Neste ponto, o combate ao “psicologismo” joga um papel fundamental:

*Vigésima terceira tese:* A sociologia é autônoma no sentido de que deve e pode se tornar amplamente independente da psicologia. /.../ *Vigésima quarta tese:* A sociologia é autônoma também em um segundo sentido, quer dizer, no sentido de ser o que se tem chamado de ‘sociologia compreensiva’. /.../ *Vigésima quinta tese:* A investigação lógica dos métodos da economia política leva a um resultado aplicável a todas as ciências da sociedade. Este resultado evidencia que há um *método puramente objetivo* nas ciências sociais que caberia ser qualificado de método *objetivamente* compreensível ou de lógica da situação. Semelhante ciência social *objetivamente* compreensiva pode ser desenvolvida independentemente de todas as idéias subjetivas ou psicológicas (POPPER, 1973b, 117).

Portanto, a “compreensão objetiva” consistiria em considerar que a ação foi *objetivamente* apropriada à situação. Deste modo, a situação será analisada o bastante para que os elementos que inicialmente pareçam psicológicos (desejos, motivos, lembranças, etc.) sejam ao fim e ao cabo transformados em elementos da situação: um homem com determinados desejos, dirá Popper, tornar-se-ia um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que persegue certos alvos *objetivos* – assim como um homem com determinadas lembranças ou associações converter-se-ia em um homem cuja situação pode ser caracterizada pelo fato de que é equipado objetivamente com outras informações e/ou teorias (POPPER, 1973b, loc. cit.). Enfim, Popper concluirá afirmando que o método da “lógica situacional” é “individualista”, mas não psicológico, e que as explicações que ele nos fornece são “reconstruções racionais e teóricas” em que precisamente o “mundo físico”, que é aquele que nos cerca e no qual agimos, é considerado.

### **3. – A réplica de Adorno: a contradição dialética em foco.**

O debate de fato se inicia com a réplica de Adorno. Ainda que se considere as palavras de Dahrendorf (1973a, p. 140) – que não deixará de sublinhar o fato de que ambas as comunicações se mantiveram no estrito âmbito do tema proposto, de modo que as posições morais e políticas subjacentes a cada uma delas não foram de todo expressadas –, deve-se levar em conta as significativas diferenças entre os dois debatedores, a começar pelo estilo do próprio texto de cada um: para apresentar a *teoria crítica* e o

*método dialético*, Adorno seguirá uma estrutura absolutamente diversa daquela do texto de Popper. À sistematização e, por assim dizer, ao “cartesianismo” do texto popperiano, irá se contrapor a “forma ensaística” típica da *Escola de Frankfurt*.

Ao contrário do que se poderia pensar, e em especial no que tange aos frankfurtianos, a questão do estilo e da escrita não é nenhuma questão secundária, superficial ou gratuita – de modo que já em Walter Benjamin se pode encontrar a crítica contra um “estilo de escrita” que afirma uma totalidade sistemática de um pensamento desenvolvido a partir de si mesmo, realizando-se e completando-se por uma série de deduções. Ora, insistindo nos momentos de descontinuidade, de salto, de interrupção e de lacunas, Benjamin assinala justamente a impossibilidade de apresentar a verdade de maneira sistemática, continuada e acabada (GAGNEBIN, 1999, p. 87). Por sua vez, Adorno consagrará um texto à questão da “forma ensaística”, onde afirmará o ensaio como expressão da revolta contra a doutrina que, desde de Platão, considera o transitório como um elemento indigno da filosofia: “O ensaio não compartilha a regra do jogo da ciência e da teoria organizadas, segundo as quais /.../ a ordem das coisas seria a mesma que a das idéias” (ADORNO, 1986a, p. 174).

Destarte, Adorno procurará contestar as teses centrais de Popper, sendo bastante seletivo e concentrando-se em alguns conceitos basilares apresentados pela comunicação que o precedeu. Assim sendo, o autor retomará os conceitos de “teoria”, “crítica”, “totalidade”, “sociedade”, “verdade” e “objetividade”, tingindo-os com a conotação que lhe é peculiar – e que difere sobremaneira daquela de Popper.

É com este espírito que, logo ao início de sua exposição, Adorno se esforçará em demarcar a diferença entre a sua compreensão e a de Popper no tocante ao termo *lógica*, que está contido no título mesmo da comunicação do autor de *Open Society*. Desta feita, dirá Adorno, o termo *lógica* deveria ser tomado em uma conotação “mais ampla”, evocando antes os procedimentos concretos da sociologia do que as “regras genéricas” de pensamento (ADORNO, 1986b, 46). Adorno seguirá pontuando todo o seu texto com base no desenvolvimento de seus argumentos em defesa da *teoria crítica*, contrapondo-os ao *racionalismo crítico* e à *lógica formal* característicos da comunicação de Popper.

Partindo das duas primeiras teses de Popper, relativas ao conhecimento abundante e à ilimitável ignorância, Adorno dirá que, embora esteja de acordo com elas, considera-as insuficientemente exploradas, posto que a superação do não-conhecimento ou ignorância (ou mesmo sua incorporação à esfera do conhecimento) não ocorre do progresso da ciência e da metodologia, como quer Popper, e nem mesmo com aquilo que impropriamente denomina-se “síntese”. Referindo-se ao “objeto da sociologia”, Adorno de saída procura demarcar de modo preciso o território de seu pensamento:

O que, entretanto, se afigura em Popper como um não-conhecimento passageiro não é, no progresso da pesquisa e da metodologia, simplesmente superável por aquilo que, com um termo fatal e impróprio, denomina-se síntese. O objeto contrapõe-se à unidade simplista e sistemática de frases interligadas. /.../ o ideal de conhecimento de uma explicação unívoca, simplificada ao máximo, matematicamente elegante, fracassa quando o próprio objeto, a sociedade, não é unívoca nem simples, nem tampouco se sujeita de modo neutro ao arbítrio da formação categorial, pois difere daquilo que o sistema de categorias de lógica discursiva antecipadamente espera (ADORNO, 1986b, 47).

Adorno caracterizará o positivismo reatualizando a denúncia da natureza objetivada e da razão instrumental – afirmando com aguçada ironia que, para quem considera as contradições como anátemas, o positivismo é vítima inconsciente de uma

contradição interna em sua própria orientação fundamental. Ora, sendo a sociedade contraditória em si mesma – apesar de determinável, ela se configura a um só tempo como racional e irracional, sistemática e caótica, natureza cega e mediada pela consciência –, os procedimentos sociológicos ou se curvam frente às peculiaridades de seu objeto ou então estarão fadados, por ânsia puritana contra a contradição, a embrenhar-se nas mais desastrosas das contradições, a saber, aquela entre a estrutura do pensar sociológico e o próprio objeto de que se ocupa este pensar: “O suposto não-saber sociológico em boa medida designa apenas a divergência entre a sociedade como objeto e o método tradicional” (ADORNO, 1986b, 47/48).

Evidentemente, Adorno não pretende se colocar a favor do “insustentável” asceticismo empirista frente à teoria – com o qual Popper também não concordaria. O que se pretende, com efeito, é a denúncia da contradição interna de um método que, em sua coloração positivista, deseja uma objetividade extrema, ou seja, purgada de toda a projeção subjetiva, sem, no entanto, hesitar em recorrer à particularidade de uma “razão instrumental” puramente subjetiva – eis o “nó górdio” que Adorno quer explicitar.

Embora concorde com a assertiva popperiana acerca da prioridade dos problemas na tensão entre saber e não-saber, Adorno considera imprescindível ir mais além, pois, sendo a sociedade em si mesma um problema em sentido enfático – já que ela se apresenta antes de tudo como um elemento não unívoco, mas sim contraditório –, deve-se atentar para o fato de que os problemas da sociologia nem sempre decorrem da constatação de que “algo no nosso pretense saber não está em ordem” (Popper): a contradição não deixará de existir pelo simples fato de conhecermos mais, ou então porque formulamos o problema de maneira mais clara ou mesmo porque uma solução proposta foi verificada ou refutada:

A contradição não precisa ser, como Popper aqui pelo menos supõe, uma contradição meramente ‘aparente’ entre sujeito e objeto, que seria imputada somente ao sujeito como insuficiência de julgamento. Ao invés disso, a contradição pode ter seu lugar do modo mais real no objeto e de modo algum se deixar retirar do mundo por força de um aumento do conhecimento ou de uma formulação mais clara (ADORNO, 1986b, 49).

Neste sentido, o fosso que se arma entre Adorno e Popper é significativo – e o próprio frankfurtiano o reconhece ao afirmar que, para o pensamento popperiano, o problema é algo de caráter meramente epistemológico, enquanto que para ele trata-se de uma “situação problemática do mundo”, vale dizer, algo também de caráter eminentemente prático – separar os problemas reais dos problemas imanentes seria *fetichizar* a ciência (ADORNO, 1986b, 48/49). Assim, a “crítica”, compreendida como o princípio da negatividade, vem a ser o elemento constituinte do método e da *teoria crítica* na medida em que eles se fundem com um objetivo político e social a ser alcançado. Além do mais, Adorno quer demonstrar que a concepção do caráter contraditório da sociedade não sabota o conhecimento que se pode obter dela, e nem tampouco o entrega ao acaso, desde que se tenha em mente e se entenda em definitivo que a contradição é algo necessário à reflexão crítica – o que implica em ampliar a racionalidade até a contradição, entendendo-a como parte da investigação sobre a sociedade. O fosso então parece agigantar-se.

Portanto, trata-se de expressar que a preocupação fundamental da dialética e da *teoria crítica* não é meramente formal (como o seria para Popper), mas sim material e, em sua raiz mesma, *emancipatória* – por isso mesmo, a sociologia (concebida como dialética e crítica) não pode deixar de guiar-se pela perspectiva do “todo”, mesmo quando se debruça sobre um objeto em particular, posto que a totalidade social não leva uma vida

própria além daquilo que ela engloba e que a compõe, sendo que a sua produção e reprodução se dá justamente através de seus momentos individuais (ADORNO, 1986b, 48).

Adorno fará algumas ponderações acerca do estabelecimento popperiano da prioridade do problema sobre as “percepções” e a “observação”. Trata-se de discutir o significado ou interesse que têm os problemas identificados pelo cientista e para os quais se devem buscar soluções. Segundo Adorno, em sua tese da prioridade do problema, Popper leva em conta (implicitamente) o fato de que os métodos não dependem do ideal metodológico, mais sim do objeto. Assim sendo, Popper constata que a qualidade do desempenho científico-social é proporcional à significação ou ao interesse que tenham os problemas tratados por ele – o que implica em conferir certo peso ao objeto. Contudo, dirá Adorno, deve-se ponderar que nem sempre é possível um julgamento *a priori* acerca da relevância dos assuntos do investigador; do mesmo modo que a própria exigência de relevância do problema não pode ser dogmatizada (ADORNO, 1986b, 50).

No tocante aos atributos e características que Popper julga que devam ser preenchidos para que se defina se os problemas de pesquisa são relevantes ou significativos e se as investigações entabuladas resultam, de fato e de direito, em um trabalho científico (a honestidade, a linearidade e a simplicidade), Adorno alerta para algumas precauções que devem ser tomadas. Em primeiro lugar, na “vida científica real” a honestidade em geral se identifica com o trabalho daquele que pensa o que todos pensam, o comum, que pensa o igual – de modo que a renúncia à fantasia é tomada por *ethos* científico; em segundo lugar, diz-nos Adorno, a linearidade e a simplicidade (objetivos que, segundo Popper, deveriam ser perseguidos pelo investigador) não são idéias inquestionáveis quando o próprio objeto se revela por demais complexo e contraditório:

As respostas do bom senso retiram suas categorias em tal escala do já estabelecido que tendem a ter o seu véu reforçado ao invés de penetrado. No que tange à linearidade, o caminho pelo qual se chega a um conhecimento dificilmente é antecipável. Em vista da situação atual da sociologia, eu atribuiria um peso maior ao arrojado e à peculiaridade da solução proposta, conforme, aliás, os critérios de Popper para a qualidade científica (ADORNO, 1986b, 50/51).

Mais adiante, e por ocasião da mesma linha argumentativa, Adorno afirmará que o primado da sociedade entendida como algo abrangente e, ademais, fechado em si mesmo em face de suas manifestações individuais, não é senão o corolário, no plano do conhecimento social, de percepções cuja origem se encontram no conceito de sociedade e que se transformam em problemas sociológicos individuais apenas através do confronto posterior do pressuposto *a priori* com o material particular:

Dito de forma mais genérica: as teorias do conhecimento, tais como foram desenvolvidas e transmitidas com alguma independência pela grande filosofia desde Bacon e Descartes, foram concebidas, mesmo pelos empiristas, de cima para baixo. Com frequência, não conseguiram fazer justiça ao conhecimento conseguido efetivamente. Segundo um projeto de ciência que lhe é exterior, ele foi ajustado como contínuo indutivo ou dedutivo (ADORNO, 1986b, 51).

Para arrematar seu raciocínio, Adorno recorrerá a Bérghson para afirmar que uma das tarefas fundamentais da teoria do conhecimento seria a reflexão a respeito de como se processa o conhecimento – e não mais descrição de seu desempenho feita de antemão segundo um modelo lógico ou científico. Desta feita, Adorno contesta vigorosamente o postulado de que o método (que no caso de Popper significaria as regras da lógica formal e situacional) tenha um papel fundamental e preponderante no processo de aquisição de conhecimento. Destarte, o filósofo contesta o privilégio do método em

conferir acesso à verdade e à objetividade – tal privilégio, sob a sua perspectiva, já bastaria para atribuir o qualificativo de “positivista” ao pensamento de Popper. Aliás, Adorno vai ainda mais longe, sugerindo que não é a adoção do método que garantirá a objetividade e a neutralidade da empreitada científica em busca da verdade (ADORNO, 1986b, 51/52).

A questão então se desdobrará do seguinte modo: de fato, diz Adorno, o conhecimento sociológico é crítica; não obstante, há nuances para se estabelecer o que se quer dizer com “crítica” – no caso de Popper, claro está que uma tentativa de solução não acessível a crítica factual deverá ser abandonada como não científica. Aos olhos de Adorno, no entanto, tal afirmação parece algo ambíguo. O filósofo põe o dedo na ferida ao retomar o conceito de “crítica”, alertando para o perigo de se promover uma redução do conceito aos chamados “fatos” – quer dizer, “/.../ o total resgate do pensamento através de observação /.../” (ADORNO, 1986b, loc. cit.) –, o que nivelaria o pensamento à hipótese e privaria a sociologia de seu momento essencial de “antecipação”: fatos não são o termo irreduzível da sociedade, visto que eles também são mediados por ela.

Da perspectiva de Adorno, também a equiparação popperiana entre “crítica” e “tentativa de refutação” merece atenção: ao apelar para um pensamento aberto, não fixado e que, por isso mesmo, não pode ser desvinculado de um momento experimental – lúdico, dirá o frankfurtiano –, Popper acaba por equiparar diretamente o conceito de “experimento” com o lema *trial and error*:

No clima em que este conceito se origina há uma ambigüidade de sentido na palavra experimento; justamente este termo carrega consigo conotações físicas e vai de encontro à independência de qualquer pensamento que não se deixe testar. /.../ Se não se quiser confundir a sociologia com modelos das ciências naturais, então o conceito de experimento deverá se estender também ao pensamento que, saturado da força da experiência, ultrapassa esta mesma experiência para compreendê-la (ADORNO, 1986b, 53).

Para Adorno, longe de ser uma carência do conhecimento social, o “momento especulativo” é imprescindível – aliás, trata-se de algo que o filósofo frankfurtiano não deixará de notar em um outro texto, também dedicado à querela alemã, em que afirma que o uso da linguagem acaba por transformar o conceito de “especulativo” em seu oposto: ele não será mais, como em Hegel, interpretado no sentido de uma “auto-reflexão crítica do entendimento”, mas sim como um pensamento fútil, sem compromisso, sem auto-crítica lógica e, ademais, sem confrontação com as coisas (ADORNO, 1980a, 211/212). É preciso se desfazer desta confusão.

Ora, dirá Adorno, ao identificar a objetividade da ciência com a do método crítico, Popper acaba por elevar este último à condição de “órgão da verdade”. Nestas condições, perde-se de vista o fato de que a sociologia é ao mesmo tempo uma *crítica do objeto*, do qual dependem todos os momentos localizados na esfera subjetiva (que é aquela dos sujeitos submetidos a uma ciência organizada). O objeto precisa alcançar seu direito de cidadania no método segundo o seu próprio peso – caso contrário, nos dirá Adorno, mesmo o método mais refinado resultará falho. Isto implica a exigência de que a configuração do objeto apareça na configuração da teoria:

/.../ se se quer atribuir uma importância muito grande à dependência do método com relação ao objeto, como fazem algumas das determinações de Popper – a relevância e o interesse enquanto critérios para o conhecimento da sociedade –, o trabalho crítico da sociologia ficaria concebido como voltado restritamente à auto-crítica, à reflexão sobre suas proposições, teoremas, aparatos conceituais e

métodos. Mas ela é ao mesmo tempo também crítica do objeto /.../ (ADORNO, 1986b, 53).

Assim, embora concorde com Popper acerca do papel da “crítica” no tocante ao conhecimento sociológico, Adorno faz notar que sua idéia acerca deste conceito não é formal – assim como o é para o *racionalismo crítico* apresentado por Popper, que em sua estrutura categorial faz corresponder o conceito de solução ao de problema –, mas sim material. Destarte, e se a sociologia crítica pretende que seus conceitos sejam verdadeiros, então ela deve necessariamente ser também uma crítica da sociedade: se a ciência social por um lado afirma o conceito de uma sociedade liberal em termos de liberdade e igualdade, mas, por outro, contesta por princípio o conteúdo de verdade dessas categorias sob o jugo do liberalismo, então já não se trata tão somente de meras contradições lógicas, que por ventura pudessem ser eliminadas por definições mais corretas – como se fora um problema de lógica categorial –, mas sim da conformação estruturada da sociedade enquanto tal. Neste caso, a crítica não significa tão somente a reformulação de proposições contraditórias em nome da digna univocidade do sistema de enunciados científicos, mas – e sobretudo – a crítica do próprio objeto sociológico. Eis a radicalidade que o conceito de “crítica” há de assumir em Adorno: a sociologia crítica não se reduz apenas a uma autocrítica interna de disciplina, mas estende a sua crítica ao próprio objeto de análise, vale dizer, à sociedade contemporânea e também às hipóteses, conceitos e teorias desenvolvidos para representá-la e analisá-la.

Desta feita, a crítica passa a ser o elemento que permeia todo o processo de conhecimento, e não somente o elemento que põe em questão uma hipótese explicativa, como sugere Popper. A crítica deve suscitar uma atitude de desconfiança face ao conhecimento como tal, cujos objetos e resultados devem ser permanentemente questionados.

Quanto à questão da paradoxal exigência de uma liberdade incondicional dos valores, que transparece de modo indelével na comunicação popperiana, Adorno considera que se pode extrair deste paradoxo múltiplas conseqüências teórico-científicas. Ao ressaltar que não se pode proibir ou destruir os valores de um cientista sem matá-lo como pessoa ou como cientista, Popper, no entanto, acaba por salvaguardar a separação entre “valores científicos” e “valores extra-científicos”, expressando, deste modo, um conceito objetivo de ciência enquanto tal. Ora, segundo o frankfurtiano, a separação entre comportamento com “valores científicos” e comportamento “sem valores científicos” é falsa, posto que os valores são *reificados* e, com isto, a própria liberdade de valores<sup>4</sup>. Assim, o “problema dos valores” – problema que só pôde se constituir numa fase na qual os meios e fins foram separados em prol de um domínio da natureza isento de atritos, e na qual a racionalidade dos meios progride junto com a irracionalidade dos fins – teria sido formulado de modo indevido:

---

<sup>4</sup> Marx usou o termo *Verdinglichung* (comumente traduzido por “reificação” ou “coisificação”) para se referir ao processo através do qual se produz a alienação dos frutos do trabalho. A “reificação” dos produtos do trabalho humano produz nada menos do que a “reificação” da própria atividade laboral, logo, a “coisificação” do próprio homem. Destarte, ao invés de se afirmar no trabalho, o homem se nega nele: os produtos de seu trabalho passam a comandá-lo. O produto do trabalho humano aparecerá então como algo independente do sistema de produção que lhes dá nascimento. Em Adorno e Horkheimer, a “reificação” adquire o sentido de contraparte do “fetichismo”: enquanto que o primeiro será caracterizado como um fenômeno no qual aquilo que é “vivo” aparecerá com “coisa” inerte, no segundo dá-se justamente o contrário, o que é “coisa” inerte aparecerá como “elemento dinâmico”. Neste sentido, também os valores podem sofrer a sua cota de “reificação” e “fetichização”: já não serão mais os produtos do agir humano, mas sim objetos cristalizados, inertes e passivos, sem ligação com o horizonte humano – e, portanto, histórico – de sua produção e afirmação.

Uma consciência científica da sociedade que se propõe livre de valores desperdiça o objeto do mesmo modo que uma consciência que invoca valores mais ou menos ordenados e arbitrariamente instituídos; aceitando-se a alternativa, incorrer-se-á em antinomias. /.../ Popper paga tributo à antinomia quando ele por um lado recusa a separação entre valor e conhecimento, e por outro gostaria que a auto-reflexão do conhecimento incorporasse seus valores implícitos; quer dizer, não falsificasse seu conteúdo de verdade para demonstrar algo. Ambos os desideratos são legítimos. Apenas seria o caso de que a sociologia incorporasse a consciência de sua antinomia (ADORNO, 1986b, 57).

Um comportamento isento de valores, segundo a argumentação adorniana, não é impossível apenas psicologicamente, mas sobretudo objetivamente. A sociedade, em geral, só se cristaliza em torno de uma concepção ideal de “sociedade correta” – de modo que a “sociedade correta” (ideal) não há de contrastar somente de modo abstrato com a sociedade existente, precisamente como um pretenso valor, mas surgirá da “crítica”, quer dizer, da consciência da sociedade em relação as suas contradições e necessidades.

Adorno compartilha da crítica popperiana ao psicologismo social. Não obstante, da precedência da sociedade sobre a psicologia, Adorno não deduzirá uma independência radical entre sociologia e psicologia, como a que Popper afirmou em sua comunicação. Donde resulta o seguinte: se no interior do processo global que é a sociedade os homens são abrangidos, dirigidos e formados pela objetividade, não é menos verdadeiro o fato de que eles, por seu turno, também reagem sobre ela – a visão da sociedade como totalidade implica que todos os momentos eficazes desta totalidade venham à baila e, por conseqüência, que devam penetrar na esfera do conhecimento; a fronteira entre psicologia e sociologia, como quer Adorno, é tênue em demasia (ADORNO, 1986b, 59).

Por fim, Adorno fincará seus pés com vigor na perspectiva que lhe é própria, afirmando que a experiência do caráter contraditório da realidade social não é um mero ponto de partida arbitrário, mas antes o *húmus* basilar que constitui a possibilidade da existência da sociologia: somente os que podem conceber a sociedade de modo diverso do que ela é podem transformá-la em um problema. Donde o fato da sociedade não encontrar seu espaço na sociologia sob forma de resultados científicos isolados: “A desistência da sociologia de uma teoria crítica da sociedade é resignada: não se atreve mais a pensar o todo porque não vê como alterá-lo” (ADORNO, 1986b, loc. cit.).

#### **Referências bibliográficas:**

ADORNO, T.W. Introdução à Controvérsia do Positivismo na Sociologia Alemã. *In: Os Pensadores XLVIII*. São Paulo: Abril Cultural, 1980a. p. 209-257.

\_\_\_\_\_. O Ensaio como Forma. *In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986a. p. 170-192.

\_\_\_\_\_. Sobre a Lógica das Ciências Sociais. *In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986b. p. 46-60.

DAHRENDORF, Ralf. Anotaciones a la discusión de las ponencias. *In: \_\_\_\_\_ (Ed.). La Disputa Del Positivismo a la Sociologia Alemana*. Tradução de Jacob Muñoz. Barcelona-México: Grijalbo, 1973a. p. 132-145.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Da Escrita Filosófica em Walter Benjamin. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). Leituras de Walter Benjamin*. São Paulo: Fapesp / Annablume, 1999. p. 79-88.

GIDDENS, A. O positivismo e seus críticos. *In*: BOTTOMORE, T.; NISBET (Org.). **História da Análise Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1980b. p. 344-357.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Dialética do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

POPPER, Karl. A Lógica da Investigação Científica. *In*: **Os Pensadores, vol. XLIV**. São Paulo: Abril Cultural, 1980c. cap I, p. 263-280.

\_\_\_\_\_. La Lógica de las Ciencias Sociales. *In*: DAHRENDORF, Ralf (Ed.). **La Disputa Del Positivismo en la Sociología Alemana**. Tradução de Jacob Muñoz. Barcelona-México: Grijalbo, 1973b. p. 101-117.